



Exma. Senhora  
Mestre Marina Gonçalves  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário  
de Estado dos Assuntos Parlamentares

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA N.º: 1678/2018 PROC. N.º: 22.01	DATA
----------------	--------------------	--	------

ASSUNTO: PERGUNTA N.º 1661/XIII/3.ª DE 27-03-2018  
• ABRIGO SEM CONDIÇÕES EM SANTO TIRSO

Relativamente à Pergunta Parlamentar n.º 1661/XIII/3.ª do BE cumpre informar o seguinte.

**1. O Governo tem conhecimento da situação?**

Sim. O Governo, através da Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) tem vindo a acompanhar a situação, tendo realizado diversas ações de controlo aos alojamentos referidos.

**2. Que diligências foram tomadas pela Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região Norte no acompanhamento e resolução deste caso?**

A DGAV tem instruído diversos processos de contraordenação, em conformidade com o previsto na legislação e aplicado as coimas decorrentes da legislação.

**3. De que forma pretende interceder a Direção Geral de Alimentação Veterinária de forma a garantir que os 230 animais recebem condições condizentes com a legislação de bem-estar animal e são encaminhados para outros espaços que não os que reiteradamente têm incumprido com deveres de saúde pública e bem-estar animal?**

A disponibilização dos Centros de Recolha Obrigatória é da responsabilidade das Câmaras Municipais. O Governo tem disponibilizado apoios no sentido de promover a sua construção e requalificação.

**4. Porque ainda não foram entregues os animais às associações disponíveis para acolhimento?**

O MAFDR desconhece que tenham sido manifestada disponibilidade por associações de acolhimento. Esta questão deve ser colocada à associação em causa e/ou Câmara Municipal de Santo Tirso, a quem compete a gestão dos animais de companhia abandonados.

**5. De que forma considera a DGAV garantir a documentação, vacinação e esterilização em falta para cada um destes animais, tem esta Direção Geral estado em contacto com o município para garantir a aplicação de legislação relativa à identificação e à lei de não abate destes animais?**

A identificação, vacinação e licenciamento dos cães nas respetivas Junta de Freguesia, são responsabilidades dos detentores dos animais.

**6. Qual o envolvimento e entendimento do delegado de saúde do Norte quanto a este e outros casos denunciados relativos a surtos de animais em Santo Tirso que ponham em causa a saúde pública?**

O MAFDR desconhece que exista qualquer "... surto de animais em Santo Tirso que ponham em causa a saúde pública", e desconhece "o entendimento do delegado de saúde do Norte".



7. De que forma pretende garantir a DGAV que a aplicação do dever de esterilização é cumprido pelo Município de Santo Tirso dentro do período em que já está em vigor a obrigatoriedade de entrega dos animais em adoção esterilizados?

O Governo publicou recentemente dois despachos no sentido de apoiar a construção de CRO bem como a Esterilização de animais de companhia. O cumprimento do dever de esterilização é da responsabilidade dos municípios, em face dos animais recolhidos nos CRO.

8. Em que fase se encontra a construção deste Centro de Recolha Oficial animal deste município?  
Segundo informação da Camara Municipal de Santo Tirso, o CRO estará terminado até ao final do mês de Maio.
9. Que dados tem a DGAV disponibilizados pela autoridade veterinária do município de Santo Tirso relativamente a 2016 e 2017?

A autoridade veterinária municipal (médico veterinário municipal) reportou os seguintes dados, no âmbito da campanha municipal de identificação e vacinação de cães:

ANO	Nº de animais identificados (IE)	Nº de animais vacinados (anti-rábica)
2016	132	346
2017	153	520

Com os melhores cumprimentos,

P'l A Chefe do Gabinete

Regina Pinto Lopes

António Cerca Miguel  
Adjunto do Ministro da Agricultura,  
Florestas e Desenvolvimento Rural  
(nos termos do nº 2 do  
Despacho nº 2543/2017 de 27/03)